

Orientações francesas na pesquisa em jornalismo no Brasil¹

Otávio Daros²

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Resumo

Parte significativa da pesquisa em jornalismo no Brasil tem sido historicamente influenciada pela cultura acadêmica francesa. Este artigo reconstrói e sintetiza as últimas cinco décadas dos estudos brasileiros a partir das relações estabelecidas com a França, desde as primeiras lideranças do Instituto Francês de Imprensa, mas também semióticos, historiadores, sociólogos e filósofos de outras instituições. São apresentadas as principais tendências e problemáticas que os estudiosos brasileiros, receptores das abordagens francesas, enfrentam no desenvolvimento de seus próprios trabalhos, em termos analíticos, metodológicos e teóricos. As pesquisas são organizadas por áreas do conhecimento, e depois comentadas dentro de quadro nacional e internacional.

Palavras-chave

Estudos de jornalismo. Linguagem do jornalismo. Sociologia do jornalismo. Antropologia do jornalismo. História do jornalismo.

1 Introdução

Danton Jobim (1954) escreveu genericamente sobre como a imprensa latino-americana foi influenciada por dois modelos distintos: um vindo da França e outro dos Estados Unidos. O primeiro estaria relacionado ao jornalismo opinativo, geralmente praticado por intelectuais com aspiração política, sem devido treinamento técnico-profissional. Enquanto o segundo estaria relacionado ao jornalismo informativo, sendo praticado por jornalistas treinados que seguiriam um livro de estilo.

Como professor de técnica jornalística na Universidade Federal do Rio de Janeiro e editor-chefe do *Diário Carioca*, Jobim defendeu a transição do modelo francês para o norte-americano. Este seria mais adequado desde o ponto de vista produtivo e empresarial. Argumentou que os franceses, bem como os brasileiros, “se recusam a

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando e Mestre em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob orientação do prof. Francisco Rüdiger. Fellow do Laboratório de História da Comunicação na Universidade de Bremen. Contato: otavio.daros@gmail.com

aceitar a disciplina imposta pela máquina”, sendo a imprensa francesa um reflexo da tradição deste povo, fascinado pelo artesanal, “pela criação de algo que pode ser considerado um trabalho individual, um produto simultâneo de habilidade e imaginação”. Por outro lado, “os norte-americanos reconhecem prontamente a verdade de que produzir um jornal diário nesta época é um negócio” (JOBIM, 1954, p. 62–63).

Jobim morreu em 1978, mas viveu suficiente para ver parte do processo de modernização experimentado pela imprensa brasileira, incluindo maiores investimentos em infraestrutura e pessoal. Após um período de autoritarismo do governo militar, marcado pela censura e repressão nas décadas de 1960 e 1970, houve um momento de abertura política gradual até finalmente a democratização em 1985 (ABREU, 2002).

Se, por um lado, os jornais-empresas assimilaram a influência norte-americana, por outro, o mesmo movimento substitutivo parece não ter ocorrido no âmbito intelectual-acadêmico, pelo menos no Brasil. Neste artigo, argumentaremos que as orientações teórico-metodológicas oriundas da França permanecem vivas e ainda moldam parte significativa da pesquisa em jornalismo desenvolvida no país.

Este trabalho é parte da pesquisa que estamos realizando em nível de doutorado, na qual organizamos cerca de 400 estudos de jornalismo no Brasil (das áreas de filosofia, linguagem, antropologia, sociologia, economia política, entre outras). Durante a primeira etapa da análise desse vasto material, notamos a presença constante de teorias e métodos oriundos do contexto acadêmico francês. O que nos motivou a dedicar atenção especial a este tópico, em vez de tratá-lo como mais um achado do trabalho de documentação.

Nas páginas seguintes, pretendemos reconstruir as etapas da pesquisa em jornalismo no Brasil a partir das influências francesas. Nosso método historiográfico combina abordagens biográficas, institucionais e intelectuais (LÖBLICH; SCHEU, 2011). Para tanto, selecionamos cerca de 40 estudos que compõem o *corpus* da pesquisa (livros, teses e dissertações), além de artigos e relatórios de pesquisa. Julgamos que esta amostra é capaz de ilustrar, pelo menos parcialmente, as orientações que prevalecem em diferentes áreas do campo jornalístico, desde o fim da década de 1960, quando a institucionalização da pós-graduação começou no país.

Significa que não estamos entregando, aqui, uma pesquisa comparativa com o objetivo de delinear as diferenças entre duas culturas acadêmicas (ver AVERBECK, 2008), ou reconstruir as origens de um campo em sua integralidade, a exemplo das ciências da informação e comunicação, desde uma perspectiva fechada no contexto

acadêmico nacional (ver BOURE, 2002). O que queremos é mostrar como uma cultura acadêmica influenciou historicamente outra e como esta, por sua vez, absorveu algumas ideias, ignorou outras, adaptou tantas e, assim, formou sua própria cultura.

Dado o espaço do artigo, não será possível detalhar cada estudo levantado, por isso apresentamos uma visão panorâmica de como as tradições francesas foram integradas aos estudos de jornalismo no Brasil. Começamos expondo um dos paradigmas metodológicos que guiou o laboratório de pesquisa comparativa de José Marques de Melo na Universidade de São Paulo, na década de 1970. Desde então, como outras influências francesas participaram da formação de áreas do jornalismo como linguagem, sociologia, antropologia e história, em diferentes regiões do país.

2 Contexto acadêmico

Por intermédio de Jacques Kayser, figura de liderança no Instituto Francês de Imprensa, Danton Jobim atuou como professor visitante em Paris, onde publicou o livro *Introduction au journalisme contemporain* (1957). Década mais tarde, quando a ditadura militar foi instituída, o instituto também abrigou José Freitas Nobre, um dos primeiros professores da Escola de Comunicações e Artes na Universidade de São Paulo. Lá obteve o doutoramento em Direito e Economia da Informação, sob tutela de Fernand Terrou. Seguindo os passos deste, Freitas Nobre especializou-se na história jurídica, escrevendo *Lei de imprensa* (1961), *Lei da informação* (1968) e *Imprensa e liberdade* (1987).

É verdade que, no Brasil, o período foi marcado pelo início da institucionalização da pesquisa em jornalismo, sob influência do Centro Internacional de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina (Ciespal), instalado em Quito. O centro fundado pela Unesco atuou como difusor das ideias de Kayser (FELICIANO, 2003), mas também de acadêmicos norte-americanos como Wilbur Schramm.

Pioneiro nos estudos de jornalismo no país, José Marques de Melo pós-graduou-se no Equador, com ajuda do mestre Luiz Beltrão, também em tentativa de escapar da ditadura militar. Lá combinou a orientação funcionalista dos norte-americanos com o método deixado por Kayser, responsável pelo estudo da imprensa através de técnicas morfológicas e comparativas. Naquela época, julgou o legado do francês “capaz de permitir a criação de uma ciência da imprensa” (MARQUES DE MELO, 1972, p. 17).

Ao retornar para o Brasil, Marques de Melo instalou centro de pesquisa comparativa em jornalismo na Universidade de São Paulo. Seus alunos eram incentivados

a trabalhar com análise de conteúdo, identificando os tipos de informações nos jornais (notícias, publicidade e entretenimento) e, em seguida, com análise morfológica, classificando os elementos de composição gráfica (títulos, ilustrações e texto). O método de Kayser forneceria o cientificismo necessário para comparar os principais jornais da região metropolitana de São Paulo e conhecer as tendências de cada um. Consequentemente, esses estudos regionais poderiam produzir conhecimento para o desenvolvimento de estudos globais (MARQUES DE MELO, 1972, p. 87-103).

Levou tempo para Marques de Melo reconhecer as limitações dessa abordagem – “não buscava estabelecer uma correlação com os estudos do público-leitor” (MARQUES DE MELO, 2009, p. 287) – embora seus colegas de departamento tenham o alertado desde cedo (ver MEDINA, 2018, p. 36). Sua amiga intelectual Cremilda Medina (1978) argumentou que, em vez de estudos descritivos, era necessário investir em análises interpretativas. Para a teórica do jornalismo, uma investigação linguístico-sociológica seria capaz de analisar o processo informativo, com a vantagem de ir além da análise de conteúdo e mostrar a interação dos jornalistas e suas notícias com a sociedade.

Posteriormente, o método de Kayser declinou tanto na França quanto no Brasil, apesar de não ter desaparecido, visto que foi continuado pelos herdeiros de Marques de Melo (ver PEREIRA et al., 2016). Ao mesmo tempo, recorda-se como os estudantes da fase passada retornavam do exterior “entusiasmados e, com régua de cálculo, mediam, compulsivamente, os centímetros que os jornais concediam a assuntos internacionais, economia, política, a noticiário esportivo, policial e outros” (DIAS, 1997, p. 9). E como outros membros do Instituto Francês de Imprensa, que ajudaram a disseminar o método, tal como Maurice Mouillaud, reconheceram mais tarde as limitações dessa abordagem e seguiram por outras, mais próximas dos estudos de linguagem.

3 Estudos de linguagem a partir da década de 1980

Nesta interseção dos estudos de linguagem e de jornalismo, Antonio Fausto Neto é a figura mais produtiva. Sob os ecos do movimento de maio de 1968 na França, estudou na Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais e no Instituto Francês de Imprensa, onde se especializou em semiologia e cultura de massa. Nas palavras dele, uma formação “sócio-semio-discursiva” baseada na obra de autores como Edgar Morin, Roland Barthes, e principalmente Eliseo Verón (FAUSTO NETO, 2016b, p. 52).

Nas últimas cinco décadas, lecionou em várias instituições, da Universidade Federal da Paraíba até a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com pesquisas sobre a produção de sentidos e o discurso jornalístico envolvendo eventos políticos nacionais: como a mídia retratou a doença e a morte de Tancredo Neves, em 1985 (ver FAUSTO NETO, 1988), até o processo de impeachment de Fernando Collor, em 1992 (ver FAUSTO NETO, 1995), e de Dilma Rousseff, em 2016 (ver FAUSTO NETO, 2016a).

O argumento que conecta seus estudos é de que, através de um conjunto de estratégias, a mídia atribui novo sentido aos fatos e cria uma ordem de ocorrência de como eles serão apresentados ao público. Assim, a mídia noticia os eventos políticos a partir de uma realidade fabricada. Por meio de estratégias discursivas, o jornalismo age ativamente na sociedade e, no final, se torna protagonista do processo político.

O paradigma discursivo também definiu a pesquisa de Marcia Benetti. Mas, ao contrário de Fausto Neto, fundamentado no trabalho de Verón, Benetti trabalha com a análise do discurso, de Michel Pêcheux e Patrick Charaudeau. Outra diferença entre os dois brasileiros: as contribuições do primeiro são mais ricas em termos analíticos, enquanto as contribuições da segunda são mais fortes em termos metodológicos (ver BENETTI, 2007). A autora tem pensado o jornalismo enquanto “um lugar de circulação e produção de sentidos”, como um discurso “dialógico; polifônico; opaco; ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares; com um contrato de leitura específico, amparado na credibilidade de jornalistas e fontes” (BENETTI, 2006, p. 2-3).

Enquanto outras estudiosas como Beatriz Marocco e Mayra Gomes entregaram sofisticadas contribuições teóricas sobre o discurso jornalístico com base na filosofia de Michel Foucault. Gomes (2003, 2004) compreendeu o jornalismo como uma prática que organiza discursivamente as hierarquias sociais. “A tarefa narrativa do jornalismo gira em torno desses vetores, confirmação e vigilância, organizando discursivamente o campo social” (GOMES, 2004, p. 42). Por sua vez, Marocco (2004) analisou como os jornais exercem um poder de controle sobre a sociedade e classificam indivíduos historicamente excluídos como de menor valor social do que aqueles em posições privilegiadas. Comparando a imprensa brasileira com a imprensa francesa vista por Foucault, concluiu que o jornalismo “se dedicou a produzir e transmitir uma infinidade de discursos que reduziam estes seres aos conceitos que se tinha sobre sua ‘periculosidade’ e a emparedá-la no espaço das páginas” (MAROCCO, 2004, p. 105).

Em uma visão geral dos estudos de linguagem, notamos que as abordagens discursivas proliferaram em várias direções no campo jornalístico, tornando-o mais plural, pelo menos em termos temáticos. Por outro lado, vemos que os estudiosos enfrentam o desafio de lidar com abordagens excessivamente formalistas e estruturas repetitivas, que muitas vezes impedem o desenvolvimento de interpretações próprias sobre o jornalismo, como um agente inserido dentro da sociedade, sendo moldado por condições extratextuais. E, especialmente, nos últimos casos, o problema identificado diz respeito à constante subordinação de resultados específicos derivados da pesquisa empírica sobre jornalismo a conceitos filosóficos de natureza genérica e abstrata.

4 Estudos sociológicos a partir da década de 1990

Outros estudiosos construíram pontes entre a semiologia e a sociologia. Nesse sentido, o estudo de Christa Berger (1998) mostrou-se mais eficiente do que o de seus colegas, no tocante à interpretação do fenômeno jornalístico. Apoiada na sociologia de Pierre Bourdieu, trabalhou para descobrir as configurações discursivas entre os agentes do “campo político” – representados neste caso pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Brasil – e os agentes do “campo jornalístico” – representados pela *Zero Hora*, editada em Porto Alegre. A autora examinou como o jornal noticiou o movimento social e como os sem-terra tentaram estratégias de visibilidade para aparecer em suas páginas. Ou seja, ambos se usaram e foram usados de alguma maneira.

Seu argumento é de que o jornalismo não representa o real, mas o constrói pela linguagem. As notícias, como relato de eventos através da linguagem, criam significados e mediam diferentes instâncias do social. Enquanto as demandas do movimento dos trabalhadores, por exemplo, “precisam da materialidade da língua para existir socialmente”, o discurso da imprensa “contribui para fazer a realidade deste mundo produzindo, ambos, signos de riqueza e de autoridade”. Concluindo: são os sem-terra que “produzem o ‘primeiro texto’ para ser ‘lido’ pelos jornalistas que, interpretando os através dos ‘constrangimentos organizacionais’, negociam o ‘segundo texto’, para ser lido pelos consumidores do jornal” (BERGER, 1998, p. 195).

Na virada para os anos 2000, outros sociólogos franceses como Denis Ruellan e Erik Neveu começaram a ser mencionados na área. A introdução desses nomes pode ser atribuída, em parte, à Zélia Leal Adghirni, professora da Universidade de Brasília, após seus estudos de pós-doutorado na Universidade de Rennes, em 1999. Anteriormente, na

década de 1980, obteve a titulação de mestrado sob a supervisão de Mouillaud em Paris, e de doutorado sob a supervisão de Jean Sgard na Universidade de Grenoble.

A partir de então, Adghirni trabalhou na organização de uma rede internacional de pesquisa com Ruellan, envolvendo outros países como Bélgica e Canadá. Seus pupilos, a exemplo de Florence Le Cam na Universidade Livre de Bruxelas, e de Fábio Henrique Pereira na Universidade de Brasília, continuaram o trabalho de internacionalização. Um dos frutos da cooperação é a revista *Sur le journalisme / About journalism / Sobre jornalismo*, editada em três idiomas desde 2012 (ADGHIRNI, 2019).

São pesquisas que tratam da construção das identidades dos jornalistas e da transformação das rotinas produtivas, na mídia digital. Por meio de entrevistas em profundidade com jornalistas de cada país, os pesquisadores têm mostrado que as identidades jornalísticas têm aspectos comuns, sugerindo um caráter transnacional, apesar das diferenças contextuais entre os países (LE CAM; PEREIRA, 2015, 2018).

É interessante observar como estas investigações pertencentes à sociologia do jornalismo têm fronteiras borradas com a antropologia. Como veremos, em termos acadêmico-institucionais, os estudiosos costumam falar em um campo da sociologia do trabalho e emprego, e outro da antropologia. Mas, na prática, estão propondo investigações semelhantes desde o ponto de vista temático – estudando a identidade dos jornalistas –, sendo que, na maioria dos casos, não apresentam variações significativas em termos metodológicos (entrevistas em profundidade). Em suma, são trabalhos próximos dos estudos etnográficos sobre jornalismo e seus sujeitos.

5 Estudos antropológicos a partir da década de 1990

Quando o assunto é antropologia do jornalismo, Isabel Travancas é o nome de referência em nosso país. No início dos anos 1990, a pesquisadora entrevistou jornalistas em suas rotinas em jornais, em canais de televisão e rádio no Rio de Janeiro, para mostrar como ser jornalista não é apenas exercer uma série de atividades profissionais, mas também um estilo de vida, uma vez que os jornalistas compartilham visões de mundo específicas (TRAVANCAS, 1993). Em seguida, trabalhou em um estudo comparativo dedicado aos suplementos literários publicado no Brasil e na França. Entrevistou repórteres, editores e intelectuais de ambos os países, e observou que as discussões literárias estavam em declínio nos dois contextos, e os espaços jornalísticos voltados ao tema estavam se tornando expressão do mercado editorial (TRAVANCAS, 2001).

Em uma reflexão sobre seus 20 anos como jornalista-antropóloga, Travancas concluiu que as provocações de Bourdieu em *Sobre a televisão* (1997) permanecem válidas para o estudo da identidade profissional e social dos jornalistas, embora a era seja agora da internet. Para Travancas (2010, p. 100), “o jornalismo sofreu um imenso impacto da digitalização, tanto em termos de como as notícias são produzidas e distribuídas. As rotinas diárias de produção de notícias, no entanto, não mudaram drasticamente”.

A conclusão é, cabe perceber, conflitante com aquela apresentada pelos sociólogos, visto que eles constataram a multiplicação de perfis profissionais, em meio ao processo de integração de redações movido pelas novas tecnologias, resultando no aumento da pressão sobre as rotinas produtivas devido à intensificação da lógica comercial. Expressaram, portanto, preocupação com as “mudanças profundas que afetam diferentes dimensões do jornalismo, alterando radicalmente a forma como será praticado no futuro” (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011, p. 11).

No entanto, nem todas as abordagens antropológicas se concentraram na identidade dos jornalistas, a exemplo daquelas associadas às teorias do imaginário. Formados por Michel Maffesoli na Sorbonne na década de 1990, Vera França (1998) e Juremir da Silva (2003) voltaram ao Brasil inspirados pela filosofia de pensadores como Gaston Bachelard e Gilbert Durand, e contribuíram para novas reflexões em torno da mídia. Contra a visão do jornalismo como manipulação, eles falaram sobre dinâmicas horizontais na relação entre emissores e receptores, bem como sobre o papel da mídia na formação do imaginário social. Embora, enquanto estudos de jornalismo fundamentos na antropologia, possamos destacar as pesquisas de outras duas estudiosas.

Ana Taís Barros (2001) observou a dinâmica de produção e circulação de um jornal publicado em uma pequena cidade no Rio Grande do Sul. Antes de iniciar a pesquisa, ela esperava encontrar um tipo de jornalismo espontâneo, já que o jornal local operava de modo praticamente comunitário. Mas, durante a análise dos artigos, percebeu que eram tão conservadores quanto os publicados na mídia tradicional, na medida que enfatizavam fontes oficiais, sem dar voz suficiente às pessoas comuns.

Enquanto Gislene da Silva focalizou a dinâmica de recepção entre leitores urbanos e imprensa agrícola. Pesquisou como os moradores de uma metrópole mantêm vivo o sonho de morar no campo, lendo a revista *Globo Rural*, especializada em atividades agrícolas. Seu argumento é de que “hoje algumas matérias jornalísticas conseguem,

dentro de suas próprias limitações e precariedade, alimentar em seus leitores o imprescindível luxo da fantasia e experiência poética” (SILVA, 2009, p. 293).

Em geral, devemos reconhecer que esses autores ofereceram especulações críticas e criativas sobre o jornalismo, destacando aspectos simbólicos negligenciados por estudiosos sem a mesma sensibilidade interpretativa, em outros campos. Ao mesmo tempo, podemos questionar até que ponto essas especulações combinam com a análise empírica, ou quanto aplicar as teorias de Bachelard e Durand às produções jornalísticas, por exemplo, está de acordo com a filosofia que estes originalmente conceberam.

6 Estudos históricos a partir da década de 1990

A antropologia também contribuiu para o que historiadores como Roger Chartier (1988) chamaram de história cultural, disciplina que envolve o estudo histórico das formas culturais, entre práticas e representações. Entre nós, a abordagem interessou especificamente Marialva Barbosa, desde sua pós-graduação em história na Universidade Federal Fluminense, na década de 1990. No fim da mesma década, completou seus estudos no laboratório de antropologia do Centro Nacional de Pesquisa Científica, em Paris, e retornou ao Brasil decidida a escrever uma história cultural da imprensa.

Seus livros apresentam uma síntese da história do jornalismo brasileiro. Mas não é o objetivo da historiadora recuperar o passado exatamente como os fatos ocorreram, o que seria impossível, diz ela. Na verdade, a tarefa é interpretar o passado a partir do presente, compreendendo a complexidade das ações humanas materializadas em fontes como jornais, revistas e tantos outros materiais (BARBOSA, 2007, 2010).

Esta historicização não enfatiza a trajetória dos jornais como instituições públicas e privadas que informam a sociedade, formando a opinião pública. Em vez disso, sua ênfase é colocada no público que lê esses jornais e nos significados criados a partir dos textos. Nesse sentido, Barbosa tece uma história da leitura (da imprensa), o que é diferente de uma história do jornalismo: privilegiar o jornalismo como objeto de estudo. Em sua investigação, os jornais são alternados como objeto e, muitas vezes, como fonte para entender quem eram os leitores, ouvintes e espectadores do passado. Por exemplo, mais do que ressaltar o papel dos jornais e seus jornalistas na abolição da escravidão, o que importa para ela é entender como os escravos tomaram conhecimento do que foi publicado sobre a escravidão.

A abordagem é uma rica mistura das contribuições historiográficas das últimas gerações da escola dos Annales, da história do livro de Robert Darnton e da hermenêutica de Paul Ricœur. Assim, Barbosa entregou estudos históricos diferentes daqueles escritos pelos primeiros historiadores do jornalismo que, em suas palavras, eram “tributários de uma ideia de história linear, orientada e baseada em grandes feitos, singularidades, particularidades dos grandes personagens” (BARBOSA, 2007, p. 11). Além disso, teriam eles superestimado as circunstâncias políticas e econômicas, negligenciando aspectos culturais. Significa que ela está criticando os trabalhos históricos influenciados tanto pelo marxismo quanto pelas primeiras gerações dos Annales.

Extensos aparatos teórico-metodológicos, que sempre comportam alguma abordagem cultural, com interesse temático em raça e gênero social, seguiram como tendências entre as novas gerações. Por exemplo, Eliza Casadei combinou os entendimentos de Michel de Certeau, Barthes e Ricœur, com o objetivo de estudar como os padrões de narração nas revistas mudaram ao longo do tempo (CASADEI, 2015). Depois, analisou como as mulheres brasileiras foram representadas em revistas francesas e brasileiras, desde a problemática com as questões de gênero e nacionalismo, em momentos da história contemporânea (CASADEI, 2018).

Não se trata de afirmar, porém, que os novos acadêmicos estão desenvolvendo explicações conclusivas mais vigorosas do que os pioneiros na área, a exemplo de Dulcília Buitoni. Inspirada pela feminista francesa Evelyne Sullerot, a estudiosa trabalhou em uma abordagem histórica simples, mas elaborou argumento bem-acabado. Buitoni (1981, 1986: 77-78) concluiu que “como produto da cultura de massa, a imprensa feminina favoreceu a democratização de costumes”, embora “tais progressos vieram marcados pela finalidade de lucro”. O que ajuda a explicar muito como e por que esse jornalismo não mostra historicamente “a negra, a índia, a japonesa; não mostra a pobre e nem a velha – apresenta como ideal a mulher branca, classe média para cima e jovem”.

7 Reflexões no quadro nacional e internacional de pesquisa

Então, o que há de comum entre os estudos de jornalismo analisados até agora, além da orientação francesa? Nossas respostas para conclusão do artigo avançam em direção oposta: a semelhança entre eles reside na diversidade em termos metodológicos, teóricos e temáticos. Portanto, é mais apropriado falarmos em orientações, porque, como foi mostrado, não existe um núcleo teórico-metodológico francês nos estudos brasileiros,

embora autores como Bourdieu tenham sido frequentemente trabalhados por acadêmicos em diferentes áreas do conhecimento.

Outra exceção envolve a área da sociologia e da antropologia. Enquanto alguns dizem que estão trabalhando com esta e outros com aquela, constatamos que o que eles estão analisando é a identidade de jornalistas, através de métodos semelhantes – na maioria dos casos, entrevistas em profundidade e, em casos raros, etnografias. Por outro lado, usando metodologias próximas, chegaram a conclusões contraditórias sobre as mudanças enfrentadas pelos jornalistas nas redações. Pela sociologia, Zélia Adghirni (2002, p. 147) observou mudanças radicais, uma vez que a nova mídia “já modificou profundamente o modo de fazer jornalismo” e a identidade dos profissionais. Enquanto pela antropologia, Isabel Travancas (2010, p. 100) não viu mudanças drásticas, desde que eles “também continuam tendo um intenso relacionamento com sua profissão, um relacionamento que continua a gerar um estilo de vida e uma visão de mundo específicos”.

Existem até visões divergentes dentro da mesma subárea, como os estudos de imaginário do jornalismo foram situados aqui. Nesse sentido, cabe reconhecer que visões conflitantes podem nos ajudar a produzir respostas provocativas e mais interessantes sobre o fenômeno. Ana Taís Barros (2001, p. 78) analisou um jornal produzido em uma comunidade no interior do país, e observou “textos extremamente secos, com vocabulário reduzido” e tendência conservadora. Enquanto Gislene Silva (2009, p. 293) examinou uma revista produzida pelo Grupo Globo, o maior conglomerado de mídia na América Latina, e notou textos capazes de “provocar sensações estéticas ricas”.

Assim, visualizamos nos estudos brasileiros algumas das tendências indicadas por Silvio Waisbord (2019) no contexto internacional, desde a especialização e fragmentação da área, até o emprego de definições diversas para dar conta do mesmo fenômeno. Também podemos conectar nossas descobertas às de Barbie Zelizer (2004), que sinalizou a presença de referencial francês em muitas áreas do jornalismo, nos países anglo-saxões. O que evidenciamos no caso brasileiro é uma influência mais intensa e constante envolvendo todas as áreas. Uma das explicações encontra-se no plano institucional de pesquisa: o intercâmbio de acadêmicos brasileiros na França, que depois da conclusão de cursos de doutorado e pós-doutorado, retornaram ao país de origem.

A França se tornou o destino para muitos intelectuais brasileiros, ainda durante a ditadura militar, nos anos 1960 e 1970, como foi o caso de Freitas Nobre. Após a redemocratização do Brasil e o progresso dos programas de pesquisa em ciências sociais

em meados da década de 1980, tal intercâmbio prosperou e incluiu campos mais jovens, como a comunicação. Desde então, também os estudiosos do jornalismo se formaram em instituições como: Instituto Francês de Imprensa, Universidade de Paris, Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, Universidade de Lyon e Universidade de Grenoble. Trata-se de compreender como os níveis intelectuais e institucionais estão correlacionados, e como as ideias postas entre eles se movem no tempo e no espaço.

Existem estudiosos com formação completa na França, como Fausto Neto e Juremir da Silva, outros com intercâmbios como Marialva Barbosa e Fábio Pereira, outros com formação em diferentes países como Christa Berger e Beatriz Marocco, outros com toda a formação no Brasil como Marcia Benetti e Eliza Casadei. Em comum, ajudaram de alguma maneira a pensar o jornalismo brasileiro a partir dos paradigmas europeus. Por outro lado, poucos forneceram análises sobre o jornalismo francês ou promoveram trabalhos comparativos com os casos latino-americanos. Significa, então, que terminamos por conhecer mais as teorias francesas do que propriamente o jornalismo francês. Como consequência, muitas vezes ainda estamos reproduzindo as impressões de Danton Jobim (1954), que descreveu a imprensa francesa como jornalismo opinativo.

Alternativas têm sido apresentadas para superar a falta de conhecimento sobre outras culturas: da pesquisa comparada (ver HANITZSCH, 2009) às perspectivas transnacionais (ver AVERBECK, 2017). Nesse sentido, apesar de hoje inadequado, por motivos já citados, o método comparado de Jacques Kayser nas décadas de 1950 e 1960 “tem um significado especial para o conhecimento da realidade global da imprensa” (MARQUES DE MELO, 2009, p. 287), pois de algum modo visualizou o desafio que estava por vir: desenvolver estudos regionais para avançar cada vez mais com estudos internacionais sobre jornalismo. Ademais, há que se considerar a importância de trabalhar com estudos internacionais tanto sobre culturas profissionais (ver HANITZSCH et al., 2011) quanto sobre culturas acadêmicas (ver SIMONSON; PARK, 2016).

E esses também são os desafios com os quais a nossa investigação precisa lidar. Por exemplo, compreender se existe e qual é a ressonância dos estudos de jornalismo no Brasil em países como a França. Até agora, nossa análise amparada na documentação não forneceu evidências sobre a existência de orientações brasileiras na pesquisa francesa, embora arranjos estejam sendo desenhados (ver LE CAM, 2019).

Referências bibliográficas

-
- ABREU, A. A. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- ADGHIRNI, Z. L. Informação online: jornalista ou produtor de conteúdos? **Contracampo**, v. 6, n. 1, p. 137–152, 2002.
- ADGHIRNI, Z. L. Brazil, France, Belgium and other francophone countries: research relations and knowledge building in journalism. **Brazilian Journalism Research**, v. 15, n. 2, p. 280–287, 2019.
- AVERBECK, S. Comparative history of communication studies: France and Germany. **The Open Communication Journal**, v. 2, n. 1, p. 1–13, 2008.
- AVERBECK-LIETZ, S. (ed.). **Kommunikationswissenschaft im internationalen vergleich: transnationale perspektiven**. Wiesbaden: Springer, 2017.
- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: MauadX, 2007.
- BARBOSA, M. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: MauadX, 2010.
- BARROS, A. T. **Jornalismo, magia, cotidiano**. Canoas: Editora Ulbra, 2001.
- BENETTI, M. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **InTexto**, n. 14, p. 1–11, 2006.
- BENETTI, M. Análise do discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (orgs.) **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BOURE, R. (ed.) **Les origines des sciences de l'information et de la communication: regards croisés**. Villeneuve-d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2002.
- BUITONI, D. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Loyola, 1981.
- BUITONI, D. **Imprensa feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- CASADEI, E. **Como contar os fatos: a história da narrativa do jornalismo de revista no século XX**. São Paulo: Alameda, 2015.
- CASADEI, E. A mulher brasileira na Revista Paris Match de 1949 a 2010. **Revista Alterjor**, v. 17, n. 1, p. 2–20, 2018.
- CHARTIER, R. **Cultural history: between practices and representations**. Ithaca: Cornell University Press, 1988.
- DIAS, M. A. R. Apresentação. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (orgs.) **O jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

- FAUSTO NETO, A. **O corpo falado: a doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras**. Belo Horizonte: FUMARC/PUC-MG, 1988.
- FAUSTO NETO, A. **O impeachment da televisão: como se cassa um presidente**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- FAUSTO NETO, A. “Tchau, querida”: leitura do impeachment-revista. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 15, n. 30, p. 62–81, 2016a.
- FAUSTO NETO, A. Trajetos de pensar em companhia. In: VASSALLO DE LOPES, M. I. (org.) **Epistemologia da comunicação no Brasil**. São Paulo: ECA-USP, 2016b.
- FELICIANO, F. A. Iniciação científica em jornalismo: o trabalho pioneiro de Marques de Melo. **Idade Mídia**, v. 2, n. 3, p. 137–143, 2003.
- FRANÇA, V. V. **Jornalismo e vida social**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- FREITAS NOBRE, J. **Lei de imprensa**. São Paulo: Saraiva, 1961.
- FREITAS NOBRE, J. **Lei da informação**. São Paulo: Saraiva, 1968.
- FREITAS NOBRE, J. **Imprensa e liberdade**. São Paulo: Summus, 1987.
- GOMES, M. R. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2003.
- GOMES, M. R. **Jornalismo e filosofia da comunicação**. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.
- HANITZSCH, T. Comparative journalism studies. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. **The handbook of journalism studies**. New York: Routledge, 2009.
- HANITZSCH, T et al. Mapping journalism cultures across nations: a comparative study of 18 countries. **Journalism Studies**, v. 12, n. 3, p. 273–293, 2011.
- JOBIM, D. French and U. S. Influences upon the Latin American Press. **Journalism Quarterly**, v. 31, n. 1, p. 61–66, 1954.
- JOBIM, D. **Introduction au journalisme contemporain**. Paris: Nizet, 1957.
- LE CAM, F. Brazil, Belgium, and France: Avenues for Comparison Work. **Brazilian Journalism Research**, v. 15, n. 2, p. 1–22, 2019.
- LE CAM, F.; PEREIRA, F. H. Understanding French and Brazilian journalists’ paths. A comparative study of biographic narratives from online journalists. **Transnational ‘Worlds of Power’ Proliferation of Journalism & Professional Standards**, n. 1, p. 151–169, 2015.
- LE CAM F.; PEREIRA, F. H. Vérité et conditions d’exercice du métier de journaliste en ligne. **Argumentum: Journal the Seminar of Discursive Logic, Argumentation Theory & Rhetoric**, v. 16, n. 2, p. 39–60, 2018.
- LÖBLICH, M; SCHEU, A. M. Writing the history of communication studies: a sociology of science approach. **Communication Theory**, v. 21, n. 1, p. 1–22, 2011.

MAROCCO, B. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**: Porto Alegre, século XIX. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MARQUES DE MELO, J. **Estudo de jornalismo comparado**. São Paulo: Editora Pioneira, 1978.

MARQUES DE MELO, J. **Pensamiento comunicacional latinoamericano**: entre el saber y el poder. Sevilla: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2009.

MEDINA, C. Caleidoscópio ibero-americano sob a ótica de José Marques de Melo. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 7, n. 2, p. 28–43, 2018.

MEDINA, C. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1978.

PEREIRA, C. J. et al. **Jornalismo comparado**: um dia na imprensa brasileira. Blumenau: Edifurb, 2016.

PEREIRA, F. H.; ADGHIRNI, Z. L. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **InTexto**, n. 24, p. 38–57, 2011.

SILVA, G. **O sonho da casa no campo**: jornalismo e imaginário de leitores urbanos. Florianópolis: Insular, 2009.

SILVA, J. M. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SIMONSON, P.; PARK, D. W. (eds.) **The International history of communication study**. New York: Routledge, 2016.

TRAVANCAS, I. An ethnography of journalistic production: case studies of the Brazilian. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 2, p. 82–102, 2010.

TRAVANCAS, I. **O livro no jornal**. Cotia: Ateliê Editorial, 2001.

TRAVANCAS, I. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

WAISBORD, S. **Communication: a post-discipline**. Cambridge: Polity Press, 2019.

ZELIZER, B. **Taking journalism seriously**: news and the academy. Thousand Oaks: Sage, 2004.